

PAÍS EM **CRISE**

PRIVATIZAÇÕES PODEM RENDER R\$ 3 BI AO ES

Só concessão de gás e capitalização da Cesan envolvem R\$ 1,5 bi

✎ **ABDO FILHO**
afilho@redgazeta.com.br

Em meio à mais grave recessão da história do país, que impõe ao Estado uma impiedosa queda de receita, o governador Paulo Hartung já deixou mais do que claro que não se furtará a lançar mão de uma arma que ficou bem guardada nos seus dois primeiros governos (2003-2010): as privatizações. A autorização dada pela Assembleia Legislativa para que o governo apanhe até R\$ 500 milhões emprestados junto ao Banco do Brasil para recompor o caixa revela que todas as alternativas estão na mesa e aos poucos começam a sair.

“O programa de desestatização permitiu que o Estado brasileiro se tornasse mais leve. Ainda está pesado. O Estado não precisa ter empresa pública para levar água tratada para as comunidades nem distribuir gás. Privatização é a aposta que temos de fazer para botar o país no eixo do crescimento econômico”, cravou Paulo Hartung em entrevista concedida na semana passada.

Hoje, em ativos com liquidez, para usar o jargão do mercado, o governo estadual dispõe de algo próximo a R\$ 3 bilhões. Quantidade de respeito diante de um orçamento geral de R\$ 15,4 bilhões para 2017. É bom que se diga que a previsão de arrecadação para o ano que vem está bem abaixo do estipulado para 2016, que é R\$ 17 bi - o que ressalta a urgência de medidas fora do padrão.

O governo já trabalha em três frentes. Alguns valores e intenções já são públicos, outros ainda não. Está em curso a viabilização de um aporte de capital de R\$ 409,5 milhões por parte do Fundo de Investimento do FGTS na Cesan. Outros R\$ 100 milhões devem ser



MARCELO PREST

Cesan já teve abertura de 49% do capital aprovada em dezembro passado pela Assembleia Legislativa

OS NEGÓCIOS

Valores envolvidos



Infografia | Genildo

alocados na estatal por outros investidores privados. A abertura de 49% do capital da companhia de saneamento foi aprovada em de-

zembro passado pela Assembleia Legislativa.

Outra frente aberta pelo governo Hartung é a concessão da distribuição de gás encanado aos 78 municípios do Espírito Santo, que hoje está a cargo da BR Distribuidora. O Estado negocia uma saída amigável com a Petrobras, mas já tem engatilhada a possibilidade de conceder, via leilão, o serviço a uma outra companhia, o que renderia, como já antecipou A GAZETA, entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão

ao Tesouro Estadual.

A joia da coroa é o Banestes, um dos poucos bancos estaduais que ainda existem no Brasil. A instituição sempre recebeu carinho especial do governador, que, ainda na primeira metade da década passada, devolveu ao banco a solvência. Em 2009, foi iniciado um processo de venda ao Banco do Brasil. Guilherme Dias, hoje presidente do Banestes, respondeu pelos interesses do Estado na negociação. O governo capixaba pediu R\$

1,2 bi, o BB ofereceu R\$ 800 milhões, a conversa caminhava para um meio termo quando o Banco do Brasil trocou a diretoria e o negó-

cio acabou desfeito.

ALERTA

Passados sete anos, apesar das crises econômicas em série, o Banestes aumentou seu patrimônio líquido e segue lucrativo (fechou 2015 com um lucro de R\$ 150,9 milhões). Hoje, o negócio que poderia ter sido fechado por R\$ 1 bi em 2009, não sairia por menos de R\$ 1,5 bi, assinala uma fonte com bom trânsito no Palácio Anchieta.

Outra fonte muito próxima de Hartung destaca que o Estado tem poucos ativos, mas valiosos, e que esse seria um bom caminho para reforçar o caixa e, ao mesmo tempo, estimular investimentos. Mas faz um alerta. “O duro é vender ativo para bancar custeio e salário. Esses recursos têm de ir para algo estruturante”.

Procurado por A GAZETA, o governo preferiu não comentar o assunto.

NO VERMELHO

R\$ 416 milhões

Foi a queda de arrecadação de royalties em 2015.

SANGRIA

R\$ 15,4 bilhões

É o Orçamento para 2017. O de 2016 é de R\$ 17 bi.



OPINIÕES



“É necessário reduzir o tamanho do governo não só com a privatização das empresas estatais, mas também com a redução dos empregos de agentes políticos nos órgãos públicos”

APOLO JORGE RIZK
EMPRESÁRIO



“As estatais em todo o país estão nas mãos de políticos. Sou a favor das vendas dos ativos para o governo focar a educação, a saúde e a segurança”

JORGE LUIZ NICCHIO
PRESIDENTE DO CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ

EMPRESARIADO APOIA VENDA DE ATIVOS ESTATAIS

Para eles, corporações estatais são usadas apenas para empregar agentes políticos

« A venda de ativos por Estados, municípios e governo federal, na visão de empresários, é um importante passo para que o país comece a traçar novos rumos e supere a trajetória de recessão.

Para os empreendedores, corporações estatais são usadas por pessoas que estão no poder apenas para empregar agentes políticos. “Todas as empresas públicas recebem em seus quadros pessoas que não têm relação alguma com o setor econômico. Não são técnicas. São usadas para empregar apadrinha-

dos eleitorais. Outro problema é que essa falta de profissionalização deixa as empresas mais vulneráveis a fraudes”, opina Maely Coelho, que se diz favorável à venda de tudo. “Bancos, tratamento de água, rodovias, tudo deve sair das mãos do Estado para ter mais eficiência e competitividade”, diz.

Outro que apoia o movimento de venda de companhias públicas é o presidente do Centro do Comércio do Café, Jorge Luiz Nicchio. “Sou favorável à privatização. O primeiro motivo é for-

talecimento dos cofres públicos neste período de ajuste fiscal. E, segundo, porque a função do governo é cuidar da educação, da saúde, do transporte público e da segurança”, diz.

Segundo o executivo Marcelo Oliveira, o setor de telecomunicações é um exemplo de como a privatização é boa para o país. “Hoje, temos mais telefones do que pessoas. Os aeroportos que foram concedidos à iniciativa privada também melhoraram o atendimento”, disse, ao defender tam-

bém a condução de parcerias público-privadas (PPP) em obras de infraestrutura.

O empresário Apolo Jorge Rizk acredita que a venda de ativos é um dos pilares para reformulação do momento econômico. “Mas não é a única maneira. Não podemos continuar carregando o ônus Brasil. É importante acabar com os empregos políticos. Mesmo que as empresas estatais sejam privatizadas, essas pessoas serão direcionadas a novos cargos em órgãos públicos”, afirma.

OPINIÕES



“O que emperra o crescimento é o governo tomar conta de tudo. Empresas como Vale, CST e Embraer passaram a empregar e produzir mais do que na época em que eram estatais”

MAELY COELHO
EMPRESÁRIO



“Precisamos de privatizações e de parcerias público-privadas. O governo se livra de um custo enquanto empresas injetam dinheiro na sociedade”

MARCELO OLIVEIRA
EXECUTIVO

Concessão de rodovias não envolverá dinheiro

« O governo do Estado, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), trabalha num plano para conceder à iniciativa privada 900 quilômetros de rodovias estaduais e estadualizadas, caso da BR 259. Diferentemente, por exemplo, da distribuição de gás, que leiloadada pode render até R\$ 1 bi ao Tesouro Estadual, a concessão das rodovias não injetará dinheiro no caixa do Estado.

Segundo o diretor-geral do DER, Halpher Luiggi, o objetivo é buscar a tarifa de pedágio mais competitiva. “Não haverá outorga, a intenção é termos a tarifa mais acessível

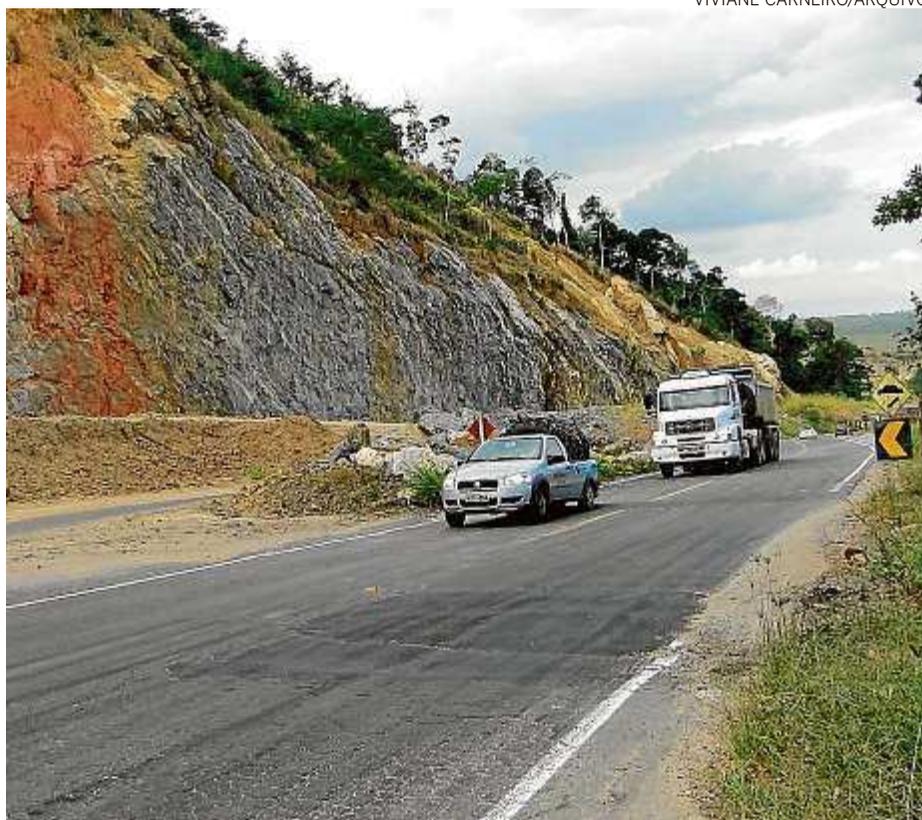
possível. É um modelo mais modesto, mas é o caminho para ampliarmos os investimentos, melhorarmos a qualidade das rodovias estaduais e, ao mesmo tempo, reduzirmos o gasto público”.

A viabilidade econômica de três polos rodoviários - Aracruz, Colatina e Cachoeiro - está sendo analisada pelo DER. Os editais devem estar prontos até o final do primeiro semestre do ano que vem. A intenção é de que o primeiro contrato seja assinado até o final de 2017.

Pelas contas de Luiggi, as concessões dos três polos, que durarão 30 anos, atrairão até R\$ 5 bi em investi-

mentos (R\$ 2 bi em Colatina, R\$ 2 bi em Cachoeiro e R\$ 1 bi em Aracruz). “Além de desatar esse volume de investimentos, vamos economizar cerca de R\$ 90 milhões por ano com manutenção. Ampliaremos o investimento reduzindo o gasto público”.

Sobre a qualidade e celeridade das obras, o chefe do DER garante que os contratos estabelecerão prazos e exigirão a ampliação de trechos de acordo com o volume de tráfego. “Duplicar logo tudo fica caro. Em alguns trechos, a terceira faixa resolve. Tudo está sendo estudado para que a malha melhore e o pedágio não fique caro”.



VIVIANE CARNEIRO/ARQUIVO

BR 259, em Colatina, é um dos trechos que podem ser estadualizados